



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

152
A

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da apelação nº 0317089-8 (NPU nº 0001399-62.2013.8.17.0001)

Agravante: Anco Márcio Tenório Vieira

Agravado: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - Detran

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. ART. 18 DA LEI N. 1.533 /1951. PRAZO DE 120 DIAS. INÍCIO DO PRAZO. DATA DA CIÊNCIA DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS. ART. 264 DA LEI Nº 9.503/1997. AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1 O cerne da questão diz respeito à data de início da contagem do prazo decadencial do direito autoral, para a impetração do Mandado de Segurança que visa anular a penalidade que lhe foi imposta, de suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.
- 2 Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança é de 120 (cento e vinte) dias, contados da efetiva constrição ao pretense direito líquido e certo invocado.
- 3 O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) traz, em seu art. 265 que:
- 4 *"As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa."*
- 5 No caso presente, a penalidade de suspensão da carteira de habilitação pelo prazo de 12 (doze) meses se deu após o julgamento dos recursos administrativos no CETRAN/PE (fl. 15), em 28/12/2012. Somente após esta data, é que o impetrante passou, de fato, a ter ciência definitiva da penalidade imposta.
- 6 A portaria DP nº 970-12, publicada em 11/05/2012, apenas determinava a instauração do processo administrativo para possibilitar a aplicação da penalidade, mas, decerto, não se tratava de decisão final. Neste momento, o impetrante tinha, apenas, uma expectativa de ser punido.

ESK



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

153
M

- 7 Assim, vê-se que o ato impugnado (penalidade de suspensão da carteira de habilitação) data de 28/12/2012, enquanto o Mandado de Segurança foi intentado em 10/01/2013. Por conseguinte, foi respeitado o prazo de 120 dias para a utilização do mandado de segurança, previsto no art. 18 da Lei n. 1.533 /1951, não se operando a decadência.
- 8 Destarte, incorreta a sentença ao pronunciar a decadência, ao argumento de que o início de prazo se deu com a Portaria que instaurou o processo administrativo, pois que não se trata de decisão definitiva, sendo certo que o ato que ensejou a controvérsia é a decisão final que aplicou a penalidade ao autor, e que possui efeitos imediatos e permanentes na esfera jurídica do impetrante.
- 9 Agravo Legal conhecido e desprovido.
- 10 Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos este Agravo nos autos da apelação nº 0317089-8 (NPU nº 0001399-62.2013.8.17.0001), tendo como partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

154
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da apelação nº 0317089-8 (NPU nº 0001399-62.2013.8.17.0001)

Agravante: Anco Márcio Tenório Vieira

Agravado: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - Detran

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo proposto pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco – Detran, contra Decisão Terminativa, a qual deu provimento ao apelo, para afastar a decadência do direito autoral e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para dar regular processamento à Ação Mandamental.

Aduz o agravante, em apertada síntese, que o ato impugnado na lide é a Portaria DP nº 970-12, a qual foi publicada em 11 de maio de 2012, sendo este ato o objeto do pedido de nulidade na presente Ação Mandamental, conforme consta da petição de fl. 18 dos autos, tendo a impetração ocorrido apenas em 10 de janeiro de 2013, ou seja, após o decurso do prazo legal para a interposição do Mandado de Segurança.

Requer, ao final, que seja exercido Juízo de retratação, ou, em não sendo, que essa Digna Câmara do Egrégio Tribunal conheça e dê provimento ao presente Recurso de Agravo, para o fim de negar provimento à apelação, mantendo-se a sentença que reconheceu a decadência.

É relatório.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

157
A

1ª Câmara de Direito Público

Agravo nos autos da apelação nº 0317089-8 (NPU nº 0001399-62.2013.8.17.0001)

Agravante: Anco Márcio Tenório Vieira

Agravado: Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco - Detran

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE MÉRITO

O cerne da questão diz respeito à data de início da contagem do prazo decadencial do direito autoral, para a impetração do Mandado de Segurança que visa anular a penalidade que lhe foi imposta, de suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

Conforme reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança é de 120 (cento e vinte) dias, contados da efetiva constrição ao pretense direito líquido e certo invocado.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997) traz, em seu art. 265 que:

"As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa."

No caso presente, a penalidade de suspensão da carteira de habilitação pelo prazo de 12 (doze) meses se deu após o julgamento dos recursos administrativos no CETRAN/PE (fl. 15), em 28/12/2012. Somente após esta data, é que o impetrante passou, de fato, a ter ciência definitiva da penalidade imposta.

A portaria DP nº 970-12, publicada em 11/05/2012, apenas determinava a instauração do processo administrativo para possibilitar a aplicação da penalidade, mas, decerto, não se tratava de decisão final. Neste momento, o impetrante tinha, apenas, uma expectativa de ser punido.

Assim, vê-se que o ato impugnado (penalidade de suspensão da carteira de habilitação) data de 28/12/2012, enquanto o Mandado de Segurança foi intentado em 10/01/2013. Por conseguinte, foi respeitado o prazo de 120 dias para a utilização do mandado de segurança, previsto no art. 18 da Lei n. 1.533 /1951, não se operando a decadência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

156
M

Destarte, incorreta a sentença ao pronunciar a decadência, ao argumento de que o início de prazo se deu com a Portaria que instaurou o processo administrativo, pois que não se trata de decisão definitiva, sendo certo que o ato que ensejou a controvérsia é a decisão final que aplicou a penalidade ao autor, e que possui efeitos imediatos e permanentes na esfera jurídica do impetrante.

Nesse sentido, colaciono os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - DUPLA NOTIFICAÇÃO - APLICAÇÃO DA PENALIDADE SEM CONCESSÃO DE PRAZO PARA DEFESA PRÉVIA - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 312/STJ - VIOLAÇÃO AO ART. 18 DA LEI Nº 1.533/51 NÃO CONFIGURADA. - A iterativa jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB) prevê duas notificações relativas a infrações de trânsito, sendo a primeira para apresentação de defesa prévia - art. 280 - e a segunda quando da aplicação da penalidade - art. 281. - Não se admite imediata aplicação da penalidade, sem concessão de prazo para apresentação da defesa prévia, haja vista que é imprescindível o julgamento da consistência do auto de infração pela autoridade de trânsito, pessoa/órgão distinto do agente de trânsito. - Incidência do enunciado nº 312 da Súmula desta Corte. - No caso concreto em análise, não tendo sido observado o correto processo administrativo não se há que falar em início do prazo decadencial de 120 dias para impetração de mandado de segurança, nem tampouco em violação ao art. 18 da Lei nº 1.533/51. - Recurso especial conhecido e improvido. (STJ - REsp: 569147 RS 2003/0128750-1, Relator: Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, Data de Julgamento: 09/08/2005, T2 - SEGUNDA TURMA. Data de Publicação: DJ 19.09.2005 p. 259, undefined)

RECURSOS ESPECIAIS. MANDADO DE SEGURANÇA. TARIFA DE PEDÁGIO. ACRÉSCIMO EM DESFAVOR DE VEÍCULOS DE CARGA. PROIBIÇÃO DE TRÂNSITO EM DETERMINADO TRECHO DA RODOVIA. DECADÊNCIA DO MANDAMUS. ATO COMISSIVO ÚNICO, DE EFEITOS CONCRETOS E PERMANENTES. IMPOSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL A CADA PASSAGEM NO PEDÁGIO. - Dirigindo-se a impetração contra ato comissivo único, de efeitos concretos e permanentes, que a proibiu a circulação de veículos de carga em determinado trecho da rodovia, mas sem isentá-los do anterior acréscimo incidente sobre o valor da tarifa básica de pedágio, o prazo decadencial corre a partir do referido ato, não se renovando a cada passagem no referido pedágio.

Erik



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

137
M

Decadência caracterizada. Recurso especial interposto pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP improvido e recursos especiais interpostos pelo Presidente da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e pela Fazenda do Estado de São Paulo parcialmente providos para reconhecer a decadência do mandado de segurança. (STJ - Recurso Especial nº 1.278.101 - SP. Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA. Data de Julgamento: 26/06/2012, T2 - SEGUNDA TURMA)

Outro não é o entendimento da Douta Procuradora de Justiça Cível, em seu parecer de fls. 119/126, como segue:

"(...) a imposição da penalidade de suspensão do direito de dirigir somente se efetiva com o esgotamento do processo administrativo – aí incluídas as decisões nas instâncias recursais primária (Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIS) e secundária (conselhos nacional e estaduais de trânsito). De fato, a simples publicação de portaria determinando a aplicação da penalidade decorrente de infração de trânsito – nos casos específicos das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação – não torna efetiva a punição, pois nessa fase o ato punitivo acha-se ainda sujeito a reforma em sede de recurso administrativo – o que constitui parte indissociável do devido processo prescrito pelo art. 265 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. (...) Nessas condições, o termo incial do prazo decadencial estabelecido pelo art. 23 da Lei do Mandado de segurança poderia ser: I) a data do recebimento da notificação para a entrega da CNH ou mesmo – como aduz o recorrente -; II) a data em que o condutor litigante tomou ciência inequívoca da decisão do CETRAN-; mas de modo algum poderia ser a data da publicação da portaria punitiva inaugural – que, no tempo da publicação, se achava pendente de confirmação nas instâncias administrativas recursais, não produzindo, por si só, nenhum prejuízo jurídico ao autor."

Desta forma, voto pelo conhecimento do recurso de Agravo e nego-lhe provimento, devendo ser mantida a decisão terminativa proferida, a fim de afastar a decadência do direito autoral e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para dar regular processamento à Ação Mandamental.

Recife, 27 de 07 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator